



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 285 26/11/10 a 02/12/10¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista CAPES);

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Lívia Peres Milani, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Thassia Bollis.

Brasil e União Europeia lançaram projeto de cooperação

No dia 26 de novembro, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro e a União Europeia lançaram o projeto de cooperação técnica Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento, que será implantado em São Félix do Xingu, no Pará. Tal iniciativa será financiada pela União Europeia e terá duração de três anos. O objetivo é fornecer ao município instrumentos de gestão ambiental e

¹ No dia 28 de novembro, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

territorial a fim de contribuir para reduzir o desmatamento na região e as emissões de gases-estufa provenientes deste. A execução do projeto caberá ao ministério brasileiro e será apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (O Estado de S. Paulo – Planeta – 26/11/2010).

Lula anunciou ajuda ao mandato da Guiana na Unasul

No dia 26 de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o Itamaraty ajudará a Guiana a exercer a presidência rotativa da Unasul em 2011. O auxílio foi solicitado por Georgetown por meio de carta ao governo brasileiro no fim de 2009. Dois diplomatas brasileiros serão enviados pelo governo para ficar sediados na capital do país e orientar as atitudes do vizinho. O trabalho deles será organizar a parte operacional da Unasul, principalmente promovendo a reunião da cúpula e organizando reuniões de conselhos. Lula ainda pediu desculpas aos colegas sul-americanos pelo fato do Congresso brasileiro ainda não ter ratificado o Tratado de criação do bloco. Tal fato é um impeditivo para a garantia jurídica e para o fortalecimento da Unasul, já que é necessária a ratificação de 9 países para a criação oficial da instituição (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/11/2010).

Brasil foi cobrado pela China sobre seu reconhecimento como economia de mercado

No dia 26 de novembro, a subsecretária do Itamaraty para a Ásia, Maria Edileuza Fontenele Reis, em conversas com jornalistas, declarou que o Brasil está sendo cobrado pela China para que reconheça este país como economia de mercado, conforme memorando de entendimento assinado em 2004. O assunto foi levantado durante a visita oficial da subsecretária a Pequim na semana do dia 22. Fontenele Reis justificou que a implementação do reconhecimento depende de atos normativos do Ministério do Desenvolvimento, mas sofre resistência do setor empresarial, principalmente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A subsecretária ressaltou, ainda, que a falta desse reconhecimento não tem sido empecilho para o crescimento do comércio bilateral. Nos encontros com representantes da Chancelaria e do Ministério do Comércio chinês, Reis também discutiu a próxima cúpula do grupo formado por Brasil, Rússia, China e Índia (Bric), problemas de empresas brasileiras e investimentos chineses (Folha de S. Paulo – Mercado – 27/11/2010).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Lula criticou EUA em cúpula sul-americana

No dia 25 de novembro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva recebeu do presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, a mais alta condecoração do país, além de outras homenagens. No dia 26, Lula discursou pela última vez na Unasul, bloco criado por iniciativa de seu governo. O governante brasileiro fez duras críticas aos Estados Unidos e aos governantes da região entre os anos 1980 e 1990 por não terem avançado na direção da integração regional e por terem aceitado os modelos econômicos ditados pelo Fundo Monetário Internacional. Lula recordou a primeira reunião da entidade, em Cuzco, no Peru, em 2004 e destacou que o bloco tornou-se um ator global orgulhoso de seu crescimento. Lula recomendou aos colegas sul-americanos que briguem, divirjam e discutam, mas cheguem a uma solução para construir uma América do Sul forte, onde cada cidadão tenha orgulho de ser sul-americano (O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/11/2010).

Unasul aprovou cláusula contra golpes de Estado

Nos dias 25 e 26 de novembro, os líderes da Unasul aprovaram em Georgetown, Guiana, sua Carta Democrática. O protocolo servirá como base legal para a aplicação de sanções a países da região cuja ordem institucional venha a ser rompida ou ameaçada por golpes de estado. Com base na denúncia do governo afetado, os chanceleres da Unasul deverão se reunir para determinar a suspensão imediata do comércio e do trânsito de pessoas nas fronteiras terrestres, além da suspensão do comércio e do tráfego aéreo. O país ameaçado ou afetado por um golpe de estado também será suspenso da Unasul e estará sujeito a sanções políticas e diplomáticas adicionais, segundo o texto do protocolo. Brasil e Argentina foram os principais incentivadores dessas medidas. Entretanto, Peru e Chile defenderam que deve ser feita uma avaliação caso a caso antes da aplicação das sanções. Todos os membros concordaram que a ação do grupo deve ocorrer apenas quando o país em questão pedir a intervenção da Unasul. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o novo instrumento afastará os vícios contra a ordem institucional. Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, definiu a Carta Democrática como uma iniciativa para banir os golpes de estado na América do Sul (Correio Braziliense – Mundo – 26/11/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 26/11/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 27/11/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/11/2010).

Brasil respondeu à crítica americana

Após o site WikiLeaks ter publicado telegramas secretos referentes à política externa estadunidense, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República brasileira criticou a visão manifestada nos



Observatório de Política Exterior do Brasil

documentos de que o Brasil tinha um governo permeado pela corrupção, defensor de posições polêmicas em relação ao Irã e de que as leis brasileiras não tipificam crimes de terrorismo. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que confia em seu ministério e minimizou a importância do vazamento dos telegramas confidenciais, dizendo que estes foram insignificantes. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi um dos citados nos documentos e contradisse o que foi relatado pela diplomacia estadunidense, afirmando que as críticas feitas ao ex-secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, de que este odeia os EUA, foram apenas uma interpretação do embaixador estadunidense. Em Washington, onde foi receber um prêmio, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também comentou o incidente, negando que o Itamaraty seja antiamericano ao argumentar que isso já era dito em outros governos (Correio Braziliense – Mundo – 01/12/2010; Folha de S.Paulo – Poder – 30/11/2010; Folha de S. Paulo – Poder – 01/12/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/12/2010).

Tratado da Unasul foi aprovado no Uruguai

No dia 30 de novembro, o Senado do Uruguai aprovou o Tratado Constitutivo da Unasul. Sua implementação estava condicionada à aprovação de pelo menos nove membros. A ação uruguaia determinou que um acordo entre os doze países que formam o bloco regional entrasse em vigor, mesmo o texto ainda não sendo debatido pelos congressos de Brasil, Colômbia e Paraguai (Correio Braziliense – Mundo - 01/12/2010).

Lula não compareceu à COP-16

No dia 1º de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva justificou sua ausência na Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-16). Segundo Lula, tal postura baseou-se na avaliação que o encontro não apresenta condições de gerar um acordo efetivo. O não-comparecimento dos principais líderes mundiais respaldou a avaliação do presidente brasileiro que cobrou dos países desenvolvidos medidas para reduzir o efeito estufa. O embaixador Sérgio Amaral afirmou que o Brasil apoia as iniciativas das ilhas ameaçadas pelo aquecimento global, mas destacou que o atual estágio das negociações não é capaz de produzir um acordo formal benéfico aos países insulares. Ademais, a delegação brasileira na COP-16 declarou que busca um melhor detalhamento dos mecanismos de financiamento para a redução de emissões poluentes e para adaptações ao atual cenário ambiental (Folha de S. Paulo – Ciência – 02/12/2010; O Estado de S. Paulo – Vida – 02/12/2010).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil aumentou policiamento nas fronteiras

O Brasil ampliou o policiamento nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Tal medida visa dificultar o apoio logístico para fuga de traficantes e entrada de drogas ilícitas no país. O governo federal informou que conta com o apoio da polícia paraguaia e está realizando revistas em pessoas e veículos que cruzam as fronteiras (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/12/2010).

Brasil e Suíça discutem medidas sobre dinheiro público desviado

O ministério da Justiça enviou à Suíça o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos, Ricardo Saadi, com objetivo de tornar mais rápido e claro os padrões comuns de devolução de desvios financeiros públicos que envolvem os dois países. A iniciativa brasileira ocorre no contexto das negociações para a devolução de desvios de divisas brasileiras que se encontram na Suíça (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/12/2010).